

14 DE MAIO DE 2021

ANAPE

em ação



- » **NOTAS**
NA ABERTURA DO ENPF, PALESTRANTES DEFENDEM
SIMPLIFICAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

Pág. 01

- » **NOTAS**
CONSELHO DELIBERATIVO DEBATE PROPOSTAS
LEGISLATIVAS DE INTERESSE DOS PROCURADORES

Pág. 12

- » **NOTAS**
PRESIDENTE DA ANAPE PARTICIPA DE COMEMORAÇÃO
DIA DO PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ

Pág. 13

NOTAS

Na abertura do ENPF, palestrantes defendem simplificação da tributação no Brasil



No evento de abertura da VIII edição do Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais, promovido pela ANAPE, os palestrantes convidados defenderam de forma unânime a simplificação do sistema tributário brasileiro. Com o tema “A Atividade Legislativa com o IBS: A Reforma Tributária Simplifica ou Complica”, os convidados da palestra inaugural abordaram as mudanças em debate no Congresso Nacional sobre a temática, como a PEC nº 110/2019, do Senado Federal, e pela PEC nº 45/2019, da Câmara dos Deputados, ambas tratando de reforma tributária. O ENPF deste ano, por conta da pandemia de Covid-19, está sendo realizado de forma online, com transmissão ao vivo pelo Youtube e Instagram da ANAPE.

“Este evento tem permitido já há alguns anos a troca de experiência e as práticas bem-sucedidas nos nossos Estados. Temos a convicção

que o evento vai deixar uma boa bagagem de ensinamentos para quem participar das palestras e oficinas. São temas totalmente atuais e temos certeza que temos muito a aprender e muito a ensinar”, disse o presidente da ANAPE, Vicente Braga, na mesa de abertura do ENPF.

O Procurador-Geral do Maranhão e presidente do Colégio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg), Rodrigo Maia, ressaltou a importância deste tipo de evento, não só para as PGE’s, mas para toda a comunidade. “Neste evento teremos a oportunidade de tratar de temas de grande relevo, não só para as carreiras de Estado das Procuradorias, mas também para a sociedade, especialmente de um tema que vai impactar muito intensamente as Procuradorias e os Estados de um modo geral, que é a Reforma Tributária. Eventos como esse são muito importantes para sublinhar isso, para que se discuta com a sociedade o papel relevante e abrangente que as carreiras desempenham na concretização dos objetivos que Constituição instituiu para o Estado e para a sociedade”, afirmou Maia.

Também participaram da mesa de abertura a 2ª vice-presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, a Diretora do Centro de Estudos, Ana Paula Guadalupe Rocha, e o Diretor de Comunicação e Relações Institucionais, Rodrigo Santos.

Palestra

Primeiro convidado a falar na palestra inaugural, o Deputado Federal Hildo Rocha (MDB-MA) apontou diversos problemas estruturais da legislação tributária brasileira. “Precisamos muito fazer mudanças mais profundas porque o nosso sistema tributário é ineficiente, arcaico, injusto, complexo, opaco e gera muita instabilidade jurídica. Estudos realizados pelo Fórum Econômico Mundial apontam o Brasil como o país com o sistema tributário mais ineficiente do mundo”, apontou o parlamentar.

Rocha falou sobre como a burocracia atrapalha o desenvolvimento do país. “Nos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] os contribuintes levam, em média, 160 horas para cumprir com as suas obrigações tributárias. Já no Brasil, são 1.500 horas, depois de um grande trabalho feito pela Receita Federal. Nós temos um sistema que gera um elevado grau do litígio em matérias tributárias. Por isso, nós temos que realizar a Reforma Tributária”, afirmou o congressista, defendendo as alterações em discussão no Congresso. “Eu acredito que todos ganham com a Reforma Tributária. Assim, teremos mais empregos, aumento da riqueza nacional, mais investimentos e diminuição da desigualdade social”, finalizou.

Mediador da palestra, o Presidente da APESP e Diretor de Assuntos Legislativos da ANAPE, Fabrizio de Lima Pieroni, defendeu a regressividade nos tributos. “O sistema tributário brasileiro é muito complexo. Ele é ineficiente e gera muita litigiosidade. Essa proposta é uma proposta que simplifica, mas na minha opinião ainda não atinge o cerne da questão, que é a regressividade. Os mais ricos continuam pagando menos tributos que os mais pobres. Eu gostaria, como

cidadão, ter um sistema tributário mais justo”, disse.

O professor da FGV-SP e Doutor em Direito pela PUC-SP, Eurico Marcos Diniz de Santi, fez coro junto aos convidados sobre o intrincado sistema de tributação adotado no Brasil e como isso impacta diretamente o ambiente de negócios.

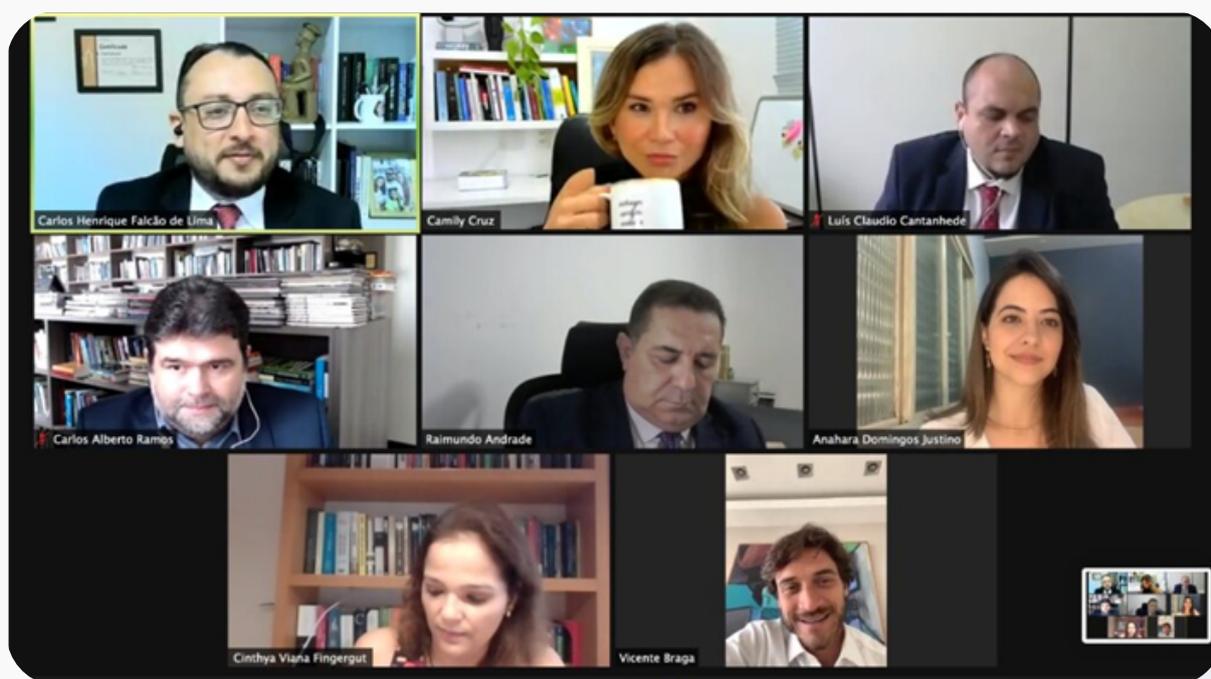
“Temos uma complexidade, em especial para as empresas, que tem que interpretar cinco mil legislações de ISS, 27 legislações do ICMS, legislação do PIS/Cofins, do IPI, e ainda tem que ficar de olho no Supremo para ver se algo vai acontecer, porque vai mudando a interpretação”, apontou.

“Um movimento é você resolver essa complexidade para trazer para o Brasil investimentos estrangeiros. A gente saindo da Covid não vai ter dinheiro público para investir em infraestrutura, para investir em indústria, para investir em educação. Agora, se a gente simplifica o sistema, vai ficar o melhor sistema tributário do mundo. Sem dúvidas, a gente vai criar ambiente de negócios, vai atrair investidor. Mas a gente tem que resolver a regressividade ainda”, defendeu de Santi.

Apesar disso, Eurico se mostrou otimista sobre a possibilidade de mudanças na legislação tributária brasileira. “Eu queria cumprimentar muito a sociedade de forma geral. Tem sido um show de participação, as confederações reagindo, o pessoal dos serviços, Zona Franca de Manaus, um debate profundo sobre a questão financeira. O grande desafio agora é a integração da PEC 45 com a PEC 110”, enfatizou.

NOTAS

Procuradores debatem ICMS e as implicações do imposto no meio jurídico



A primeira oficina do VIII Encontro Nacional de Procuradores Fiscais (ENPF), realizada nesta 2ª feira (10/05), teve como tema central o principal imposto dos Estados – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Abordou-se o impacto do tributo nas decisões judiciais face aos processos nas procuradorias fiscais.

O debate foi conduzido pelo Procurador do Maranhão, Carlos Henrique Falcão (PGE-MA) e contou também com a participação do Presidente da ANAPE, Vicente Braga, que desejou sucesso aos participantes da oficina. Na abertura o Procurador do Estado Carlos Henrique

Falcão comentou a importância de realização de eventos como o ENPF, pois é uma oportunidade para a adoção de melhores práticas de trabalho e para integração das procuradorias do país.

Para abordar o tema, participaram da mesa os relatores Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho, Procurador do Estado do Amazonas, Raimundo Andrade, Procurador do Estado da Bahia e a Procuradora do Estado do Ceará, Camilly Cruz. A mediação dessa 1ª oficina ficou por conta do Procurador do Estado de São Paulo, Luís Cláudio Cantanhede, da Procuradora do Estado da Bahia, Cinthya Viana, e da Procura-

dora do Estado de Goiás, Anahara Domingos.

ICMS em foco

O primeiro tema discutido foi a questão da DIFAL, diferencial de alíquota do ICMS, na arrecadação dos estados. Os procuradores Carlos Alberto de Moraes (PGE-AM) e Cinthya Viana (PGE-BA) concordaram que há necessidade de um pensamento mais inovador para o incentivo ao mercado digital. “Sobre a tributação do comércio eletrônico, vemos que a Lei Kandir não está acompanhando as mudanças da era digital. Quando a gente lê trabalhos de pessoas que estudam a Tributária, vemos que não há esse acompanhamento. Eu não vejo inovação. Há necessidade de modulação para dimensionar o impacto nesse setor”, disse a Dra. Cinthya.

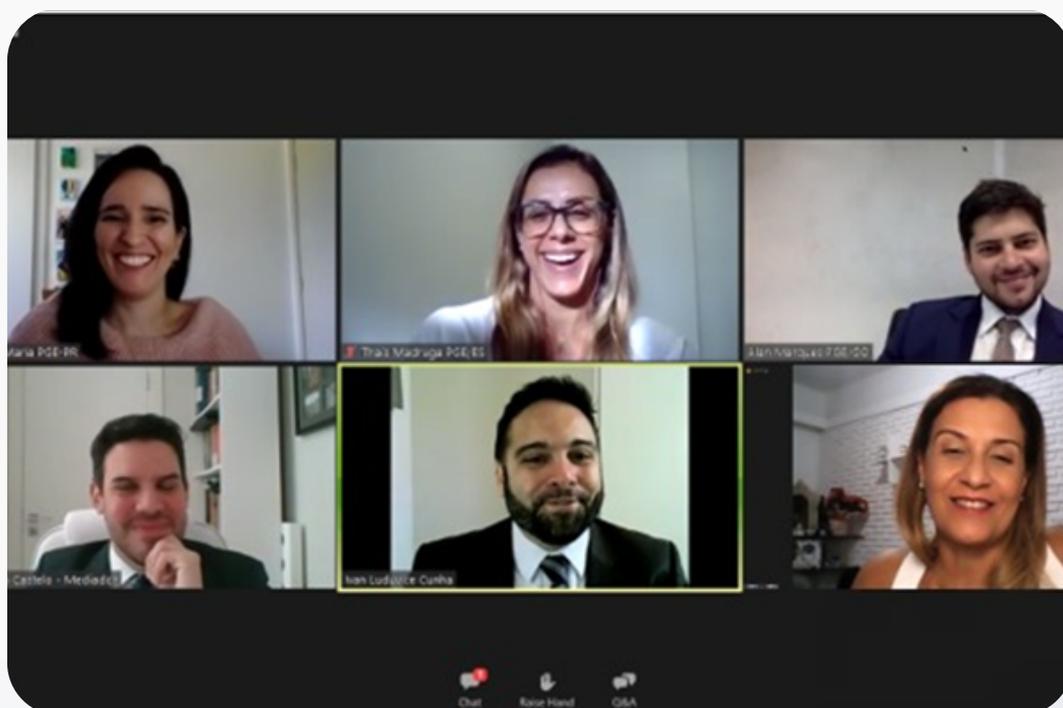
Já o procurador Raimundo Andrade (PGE-BA) afirmou com convicção que o “ICMS está perdido” e que “não há mais condição de se manter este imposto”. Para ele, é um tributo complexo, que facilita a sonegação e dificulta o crédito, em concordância com a proposta da reforma tributária enviada ao Congresso Nacional de extinguir o imposto. “Queria fazer um alerta de um grande perigo da nossa legislação sobre a complexidade do ICMS. A lei complementar diz que esse uso de créditos fiscais limitados pode ser flexibilizado por convênio. Ou seja, os estados poderão, através de convênio, ampliar esse uso de crédito. O que me causa espécie é o secretário de fazenda ter o papel de legislador complementar. No mínimo essa função de coordenar a elaboração de convênios seria do Senado Federal, em conformidade com o pacto federativo, e não sobre a égide do Ministério da Economia e das Secretarias de Estado”, pontuou.

A Dra. Camilly Cruz (PGE-CE) trouxe uma visão negocial para o debate, e falou sobre o papel do CIRA (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos) no combate à sonegação fiscal. A procuradora pontuou que o comitê só foi normatizado na Procuradoria do Ceará em 2019, e que foi necessário ter uma visão de fora para identificar pontos cegos no processo. Segundo a Procuradora do Estado Camilly Cruz, uma constatação importante foi que a PGE se apresentava fechada para negociação com o contribuinte, uma vez que apenas reprimia os devedores no momento da cobrança da dívida, mas não se relacionava com eles para demais esclarecimentos.

A experiência de Goiás foi comentada pela mediadora Dra. Anahara Domingos (PGE-GO), que defendeu a necessidade de um processo humanizado no CIRA, uma vez que o programa tem o papel de promover a justiça social e trazer o contribuinte para a regularidade fiscal. “O CIRA atua com esse objetivo arrecadatário, mas eu entendo que a gente também tem a função de promoção da justiça fiscal. A partir do momento que você chama o contribuinte para a regularidade, você contribui para que as empresas do mesmo ramo tenham condições iguais de competir entre si. A gente atua com foco na efetividade, resolução de conflitos e na redução da burocracia. Isso ficou muito latente com a pandemia. Nós nos vimos obrigados a ser acessíveis aos contribuintes e isso inspirou muita boa fé. O contribuinte se sentia confortável em falar diretamente conosco, em ter esse acesso direto a nós. Além disso, eu acho extremamente importante oferecer um tratamento humanizado, não como um devedor, um criminoso”, afirmou a procuradora.

NOTAS

A proibição para que estados instituíam o próprio imposto sobre doação e herança no exterior foi o tema central da segunda oficina do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais



A segunda oficina do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais teve como foco central a discussão sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) nas hipóteses de doações e heranças do exterior e a sua incidência em operações com Trusts. O encontro virtual aconteceu na tarde desta segunda-feira (10/05), via plataforma de streaming Zoom.

O debate, presidido pelo primeiro vice-presidente da ANAPE, o procurador Ivan Ludovice Cunha, contou também com a participação da presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia e segunda vice-presidente da

ANAPE, a procuradora Cristiane Guimarães. Para abordar o tema, participaram da mesa os relatores Izabella Maria Medeiros Araújo Pinto, Procuradora-Chefe da Procuradoria de Sucessões do Paraná (PSU), Alan Marques de Paula, Procurador do Estado de Goiás (PGE-GO) e seus respectivos mediadores, Fernando Alcântara Castelo, presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (APEP), e Thaís de Aguiar Almeida Madruga, Procuradora do Estado do Espírito Santo (PGE-ES).

A primeira a falar foi a relatora Izabella Maria Medeiros Araújo Pinto. Ela destacou que em

juízo do Recurso Extraordinário (RE) 851108 em fevereiro desse ano (2021), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os estados não possuem competência para instituir a cobrança do ITCMD sobre doações ou bens objetos de heranças provenientes do exterior enquanto não houver lei complementar autorizando tal cobrança. Com essa decisão cria-se, uma lacuna legislativa nos estados que já haviam regulado a cobrança deste tributo internamente.

Trusts

O segundo tópico da oficina abordou sobre a incidência do ITCMD em operações com Trusts, termo utilizado para se referir à terceirização da administração de bens e direitos mediante a transferência de sua titularidade. O procurador Alan Marques de Paula destacou as vantagens do Trust que é cada vez mais frequente no exterior, para o Brasil.

Flexibilidade na distribuição dos rendimentos e do patrimônio principal e facilidade na sucessão, ao evitar processos burocráticos como os de inventário e partilha, foram algumas das vantagens destacadas por ele. Apesar dos benefícios, Marques de Paula explicou o porquê de serem incipientes as tratativas sobre esta temática no Brasil.

“Recentemente o Trust no Brasil teve a imagem manchada porque foi relacionado aos escambos políticos no âmbito da operação Lava Jato como instrumento não só de blindagem patrimonial e planejamento sucessório, mas também para a ocultação de capital. Essa visão é muito restrita, pois é um instituto que tem uma amplitude bem maior”, destaca o procurador.

A tributação sobre Trusts por ITCMD foi alvo de debate da procuradora Thaís de Aguiar, me-

diadora do tema. Para ela, é importante que os procuradores fiquem atentos e reforçou: “em sobrevivendo lei complementar federal tratando da incidência do ITCMD sobre doação e herança no exterior, que seja adotada uma postura proativa para definir, de forma clara e com a devida discussão jurídica, pela incidência do ITCMD”, avalia a procuradora.

NOTAS

Terceira oficina do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais debate injustiças fiscais na incidência do IPVA



A oficina, presidida pelo diretor de Comunicação e Relações Institucionais da ANAPE e procurador do Estado do Tocantins (PGE-TO), Rodrigo Santos, contou com a participação da presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia e segunda Vice-Presidente da ANAPE, a procuradora Cristiane Guimarães.

O painel teve como relatores a doutoranda em Direito Tributário pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Daniela Victor Souza de Melo, que abordou o tema “IPVA: arrecadação, impactos e desafios” e o especialista em Direito Público e membro do Grupo Gestor do Crédito Tributário da PGE-RS, Rafael Canesin, que discorreu sobre o tema “Aspectos polêmicos do IPVA”. Os mediadores da mesa foram Célia Cunha Mello, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais – APEMINAS, e Guilherme Valle Brum, Procurador do Estado de Goiás (PGE-GO).

A procuradora Daniela Victor, primeira palestrante da oficina, tratou sobre a eficácia do protesto na cobrança do IPVA em Minas Gerais, região onde atua, por meio de leis como a Lei estadual nº 19.971/2011, que autoriza o não ajuizamento de execução fiscal e institui formas alternativas de cobrança.

Prosseguindo com os debates, foi destacada a burocracia para se comprovar a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para pessoas com deficiência pelo segundo relator da mesa, Dr. Alan Canesin.

O mediador Guilherme Valle Brum trouxe a informação de que o primeiro tributo cobrado no Brasil sobre veículos automotores foi aplicado também em embarcações, de acordo com a riqueza dos contribuintes da época.

Já a mediadora Célia Cunha afirmou em sua participação que a advocacia pública, precisa apresentar resultados e se reinventar tanto em âmbito estadual interno quanto a nível de federação.

NOTAS

Novos formatos e desafios na cobrança do crédito são debatidos por Procuradores no VIII ENPF



Tema que provoca muita discussão, a gestão e cobrança do crédito nas Procuradorias de Estado, foi o ponto central da oficina 4 do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais.

Procuradores especialistas debateram, de forma online, assuntos como métodos consensuais na cobrança do crédito nas PGEs, tributação e novas tecnologias, além da gestão de pessoal e processos. A mesa foi presidida pelo Diretor de Filiação e Convênios da ANAPE, Angelo Demetrius de Albuquerque Carrascosa.

Primeira expositora, a Procuradora Natália Faria de Souza, do Rio de Janeiro, abordou a utilização de soluções alternativas para a cobrança nas PGEs, como forma de diminuir o imenso estoque de ações processuais.

“Essa busca de soluções alternativas fica mais urgente quando a gente olha as dificuldades.

39% dos casos pendentes no Judiciário são de execuções fiscais. Aqui no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, as execuções fiscais são quase 60% de todo o acervo de ações processuais. Esses números reforçam o sentimento que algo deve ser feito”, afirmou.

Para Natália, os métodos consensuais ainda enfrentam dificuldade de implementação no âmbito tributário, mas podem ser vantajosos para todas as partes envolvidas.

“A atuação consensual pode atender de forma mais eficiente os interesses envolvidos, sejam interesses da Administração, da sociedade ou individuais legítimos. Acordos, por vezes, respondem melhor ao interesse público”, disse.

O Procurador Augusto Mèlo, de Sergipe, citou seu estado como exemplo. “A nossa arrecadação teve um acréscimo de 60% do que era recuperado a partir do momento que houve essa segmentação e a setorização dessa cobrança. Estratégias diferenciadas para os diferentes contribuintes e para o cenário, tanto do ponto de vista quantitativo, ou seja, de valor, quanto do ponto de vista qualitativo”, completou.

Tecnologia e Tributação

O desafio de arrecadação e cobrança pelos Estados frente às novas formas de consumo e tec-

nologia foi abordado pelo procurador Raphael Antônio Nogueira, do Rio de Janeiro.

“A norma de incidência não acompanha a velocidade que deveria essas transformações nas relações negociais. Se antes tudo se negociava no âmbito físico, na compra de um produto numa loja, hoje você já não faz mais isso”, revelou.

“A norma tributária opera naturalmente com delay [atraso], e este gera alguns problemas. Ela tira do âmbito de incidência da norma, da regra matriz de incidência, essa possibilidade de buscar nos fatos econômicos toda a demonstração de riqueza para a incidência dos tributos sobre o consumo, que é a base da tributação e arrecadação dos estados municípios e DF”, reconheceu Nogueira.

“Com a digitalização da economia estamos vendo nosso poder de arrecadação estadual diminuir consideravelmente”, reforçou em conjunto a Diretora de Tecnologia da ANAPE e Secretária-Executiva da Apergs, Procuradora Daniele Lerípio.

“Temos a possibilidade de observar o quanto essas novas tecnologias trazem consigo uma ruptura de padrões e modelos que até pouco tempo atrás permeavam o próprio exercício profissional dos Procuradores”, mostrou Daniele.

Finalizando a temática de tecnologia, o Procurador Bruno Cunha, da Bahia, falou sobre o tripé “pessoas, processos e tecnologia” na gestão e cobrança do crédito.

Em seu painel, os elementos de uma gestão eficiente foram abordados, além de mostrar cases específicos de projetos cuja solução foi cons-

truída a partir da união dos pilares desse tripé. “É inconcebível hoje a construção de soluções criativas, soluções inovadoras, sem que haja uma equipe alinhada e uma liderança inspiradora. A construção de soluções deve envolver uma equipe multidisciplinar”, explicou Bruno.

Presidente da APPE e especialista em Direito Público, o Procurador de Pernambuco, Rodolfo Cavalcanti, falou sobre como a PGE do Estado, a partir da análise de dados das dívidas tributárias, pode atuar de forma mais eficiente.

“A gente precisa sim da utilização da tecnologia para tratar essa questão de uma forma abrangente e mais efetiva. Nesse contexto, a PGE de Pernambuco vem utilizando bastante os robôs para análise e peticionamento automáticos”, relatou.

Além de responder as perguntas dos participantes ao final da oficina, os palestrantes fizeram, a partir das discussões feitas, encaminhamento de propostas para serem submetidas à aprovação na Plenária do VIII ENPF.

Nas palavras do presidente da mesa, Angelo Carrascosa, o objetivo do ENPF é possibilitar uma interação mais dinâmica e eficiente entre as Procuradorias para compartilhar modelos de gestão e inovações tecnológicas na busca de melhor efetividade na recuperação da dívida ativa, funcionando a ANAPE como facilitadora deste processo de interação.

NOTAS

Atividade executiva na persecução do crédito foi o tema central da palestra de encerramento do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais



A palestra final do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais teve como presidente da mesa a 2ª Vice-Presidente da ANAPE, procuradora Cristiane Guimarães e como relatores o procurador Marco Antônio Rodrigues (PGE-RJ) e o Deputado Federal Tadeu Alencar (PSB-PE). A mediação ficou por conta do procurador Ivan Ludovice, 1º Vice-Presidente da ANAPE.

A discussão girou em torno do PL 4257/19 em trâmite no Congresso Nacional, que prevê alteração da Lei de Execuções Fiscais com a finalidade principal de permitir a possibilidade de execução administrativa da dívida ativa. Todos os participantes da palestra se manifestaram favoráveis ao Projeto de Lei, e discorreram sobre a relevância do texto para o desafogamento do Judiciário e para maior celeridade nos processos de recuperação fiscal.

O procurador Marco Antônio defendeu que é

positivo e necessário o uso da desjudicialização de processos, uma vez que o sistema hoje utilizado pelo Judiciário brasileiro é ineficiente e que “está mergulhado em grave crise”. Ele resgatou indicadores do relatório Justiça em Números de 2018, que apontam que mais de 54% dos processos em curso na justiça brasileira se tratam de execuções, sendo que menos que 15% desse percentual alcançava o resultado final efetivo: a satisfação ao credor.

” O que falta agora é termos a coragem de dar um passo à frente para a ampliação da atividade nas mãos da administração pública. Louvo aqui o projeto 4257/19, no sentido de que ele traz para as mãos da fazenda muitas das medidas executivas”, avaliou.

O mediador Ivan Ludovice acompanhou Marco Antônio, e reafirmou que o modelo brasileiro precisa ser reavaliado, uma vez que é ineficiente e não é utilizado em nenhum outro país do mundo. “Isso mostra que nós provavelmente estamos no caminho errado. Primeiro porque ninguém segue, segundo porque não dá certo. Vi um estudo que de cada 100 execuções, só 8 conseguem recuperar o crédito fiscal. Menos de 10%”, afirmou. O procurador ressaltou ainda que a desjudicialização não vai de encontro com o direito à justiça e ao devido processo legal, uma vez que a execução administrativa

proposta no projeto seria prevista em lei.

Já o deputado Tadeu Alencar trouxe reflexões acerca do impacto do projeto no que chamou de “cultura da sonegação”. Para ele, é importante a mudança de mentalidade da procuradoria no momento de dar opções de pagamento para o contribuinte e trazê-lo para a adimplência, mas que isso deve ser feito mostrando também que a melhor opção é não dever o Estado, e não somente esperar o Refis para regularizar parte do débito.

Ele relembra que não é a primeira vez que essa discussão chega ao Congresso. O projeto 2412/07 trazia o mesmo debate, mas acabou tramitando por 15 anos no parlamento antes do seu arquivamento, em 2018. “Entendemos que é saudável e cumpre o objetivo de fazer justiça fiscal com o aumento da arrecadação tributária”, finalizou o deputado.

Mesa de encerramento

A mesa de encerramento do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais foi palco para que os encaminhamentos das discussões temáticas feitas durante as plenárias nas oficinas fossem levados ao conhecimento de todos.

“Temos que ter agora um intuito, um impulso, de não fazer mais do mesmo. Modificar a forma como a gente vem conduzindo no processo de cobrança. Precisamos fazer uma mudança que seja impulsionada pelo momento que estamos vivendo. A ANAPE terá agora a grande missão de se debruçar sobre os encaminhamentos e dar prosseguimento, para criarmos novas linhas de conduta, novos caminhos a serem seguidos”, ressaltou a 2ª Vice-Presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães.

Gustavo Manfro, Presidente do Colégio Nacional das Procuradorias Fiscais, parabenizou pelo sucesso do evento e disse que os debates mostraram o quão atual estão os assuntos que foram discutidos pelos Procuradores durante os dois dias do evento.

“Está havendo um movimento de ouvir a sociedade, fazendo não só algo específico para os devedores, mas começando a trabalhar por uma linha de ouvir a sociedade e entender suas dificuldades, compreendê-las, antecipar eventuais problemas e, principalmente, trazer soluções. É isso que a sociedade busca da gente. E nós, como representantes do Estado, temos que estar aptos a dar essa resposta”, afirmou Manfro. Ele também comentou sobre o contexto atual que o país vive.

“Essa pandemia nos fez mudar a nossa forma de enfrentar a realidade. Todos os Estados enfrentam dificuldades. Percebemos a dificuldade na tecnologia de informação, no compartilhamento de dados, com as decisões judiciais”, apontou.

O 1º Vice-Presidente da ANAPE, Ivan Ludovice Cunha, representando o Presidente da entidade, Vicente Braga, encerrou o evento no final desta terça-feira (11). “Gostaria de parabenizar todos que contribuíram nas oficinas, nas palestras. Saio melhor como Procurador e também como ser humano, o aprendizado aqui foi amplo”, declarou.

NOTAS

Conselho Deliberativo debate propostas legislativas de interesse dos Procuradores



O Conselho Deliberativo (CD) da ANAPE fez nesta quarta-feira (12/05) mais uma reunião do Conselho Deliberativo online. O encontro contou com a presença do presidente Vicente Braga, integrantes da Diretoria e presidentes das Associações Estaduais para tratar, entre outros temas, do andamento de propostas legislativas de interesse dos Procuradores dos Estados e do DF.

Nos informes iniciais, o presidente da ANAPE falou sobre a PEC 32/20, chamada Reforma Administrativa, que neste momento está sendo analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Braga também deu as boas-vindas aos novos presidentes das associações do Piauí, Goiás e Mato Grosso.

“Queria dar as boas-vindas mais uma vez ao Evaldo, Claudiney e Igor. Desejar sucesso e termos uma missão muito forte pela frente. Nosso

principal papel é permitir que os Estados possam implementar as suas políticas públicas para atender aqueles que mais precisam”, disse o presidente da ANAPE.

O Diretor de Assuntos Legislativos da ANAPE, Fabrizio de Lima Pieroni, explicou aos presidentes as etapas da tramitação da reforma e foram discutidas as melhores estratégias de atuação para garantir a preservação das prerrogativas dos Procuradores de Estado.

Ao final do encontro, a 2ª Vice-Presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, aproveitou para falar sobre o sucesso da VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais, que aconteceu nos dias 10 e 11 de maio.

“Eu queria agradecer aos nossos colegas presidentes de mesa, os que atuaram como mediadores. Foram todos aderentes, participativos, incansáveis. O resultado é o resultado da equipe”, parabenizou.

NOTAS

Presidente da ANAPE participa de comemoração Dia do Procurador do Estado do Pará



O presidente da ANAPE, Vicente Braga, participou nesta quarta-feira (12) de evento promovido pela Procuradoria-Geral do Estado do Pará e a Associação dos Procuradores do Estado do Pará (APEPA), em comemoração ao Dia do Procurador do Estado.

“Queria cumprimentar os Procuradores e Procuradoras do Estado do Pará. Nos orgulha muito saber que um Estado tão importante está envolvido diretamente com as lutas associativas. Temos certeza que o apoio do Angelo e de todos os colegas do Pará é fundamental para que a gente consiga ter êxito nas nossas batalhas. As lutas dos colegas do Pará são as mes-

mas lutas da ANAPE”, declarou Braga durante o evento virtual.

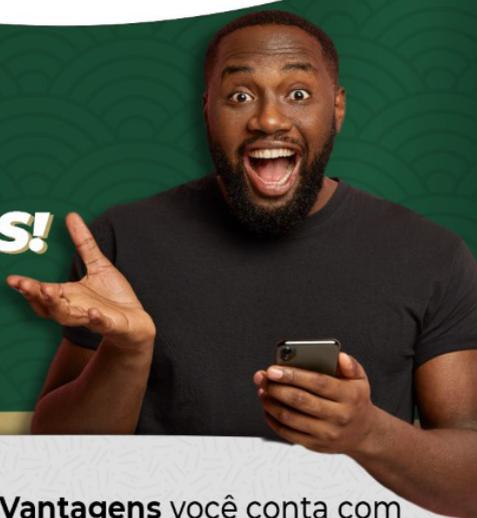
Para a homenagem, foram convidados juristas que abordaram temas relacionados ao presente e futuro da carreira da Advocacia Pública estadual paraense. Marcello Terto e Silva, Procurador da PGE/GO, palestrou sobre a responsabilidade do parecerista junto aos órgãos de controle. Já o Procurador Marco Antonio Rodrigues, do Rio de Janeiro, falou sobre as prerrogativas da Fazenda Pública após 5 anos do Código de Processo Civil.

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE
Mais

VOCÊ PEDIU,

**NÓS
ATENDEMOS!**



Com seu **Clube de Vantagens** você conta com descontos e ofertas imperdíveis para você economizar!

BRASTEMP

ponto:

ASUS

Até 30% de desconto*

Até 40% de desconto*

14% de desconto*

CMICADO

TOK&STOK

RENNER

10% de desconto*

5% de desconto*

15% de desconto*

* Confira as condições no site.

anapemais.com.br

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPÉ Mais

SUA
mãe

Merece as melhores ofertas!

Aproveite agora os descontos especiais
no seu **Clube de Vantagens!**



ponto:

Até 50% de
desconto*

Até 10% de
desconto*

Até 40%
de desconto*



HERING

Até 450
nas compras*

Até 30% de
desconto*

Até 70%
de desconto*

* Confira as condições no site.

anapemais.com.br

CONSELHO EDITORIAL

DIRETORIA

Presidente:

Vicente Martins Prata Braga (CE)

Diretor de Comunicação e

Relações Institucionais:

Rodrigo de Meneses dos Santos (TO)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

DIAGRAMAÇÃO

Caroline Sousa